

Aconteceu

FINALMENTE, A NOVA CONSTITUIÇÃO

Veja as últimas votações e o resumo dos principais pontos aprovados na Constituinte (Págs. 8 e 9)



Em meio a protestos contra Pinochet na Faculdade de Direito, um policial mais exaltado aponta seu revólver para dois universitários. Os movimentos sociais e sindicais da oposição convocaram domingo, dia 4, data em que, até o golpe de 1970, se realizavam tradicionalmente as eleições presidenciais. O Partido Comunista, na ilegalidade, apelou aos militares para que votem não no plebiscito de 5 de outubro. (Pág. 13)

**Vaticano decide
dividir diocese de
S. Paulo em 5 áreas**

(Pág. 2)

**Estudantes fazem
protestos em Goiás,
Porto Alegre e Viçosa**

(Págs. 15 e 16)

Igreja já traça limites das novas dioceses paulistanas

A Arquidiocese de São Paulo começará, na próxima semana, a recolher dados geográficos, demográficos e pastorais a serem enviados ao Vaticano como subsídio para a criação de quatro novas dioceses paulistanas nos municípios de Osasco e Itapeirica da Serra e nos bairros de Santo Amaro e São Miguel Paulista. O decreto neste sentido será assinado pelo papa João Paulo II, em data ainda indefinida.

A divisão da Arquidiocese foi comunicada ao cardeal-arcebispo paulistano, d. Paulo Evaristo Arns, na semana passada, pelo Nuncio Apostólico (embaixador do Papa) em Brasília, d. Carlo Furno. De acordo com nova configuração geográfica da Arquidiocese, a jurisdição de d. Paulo Evaristo Arns ficará limitada à região mais central da cidade, formada pelas regiões episcopais da Sé, Lapa, Ipiranga, Santana e Belém.

Até que seja preparado o decreto de divisão da Arquidiocese, o cardeal Arns deverá continuar dialogando com as autoridades do Vaticano para que, pelo menos, três aspectos sejam considerados: a continuidade de um trabalho de pastoral de conjunto, a unidade em termos administrativos e a manutenção, como bispos diocesanos, dos atuais bispos auxiliares, d. Francisco Manuel Vieira (Osasco), d. Fernando Penteado (Itapeirica da Serra), d.

Angélico Sândalo Bernardino (São Miguel Paulista) e d. Antônio Gaspar (Santo Amaro). Motivo de preocupação

A divisão da Arquidiocese de São Paulo é, "2Amotivo de preocupação" e a unidade da Igreja paulistana "deve ser mantida", segundo disseram arcebispos e bispos

Para o vice-presidente da CNBB, d. Paulo Ponte, na concretização da medida do Vaticano "deve ser buscado o equilíbrio entre os princípios da descentralização e da integração pastoral", destacando que "a fórmula proposta pelo cardeal Arns deu certo". Já o cardeal-arcebispo de Brasília, d. José Freire Falcão, afirmou, que a divisão "não diminuirá a influência do cardeal Arns porque ele tem uma forte presença através dos meios de comunicação.

O arcebispo de Campinas (SP), d. Gilberto Pereira Lopes, disse que esperava que São Paulo "permanecesse como uma só arquidiocese", enquanto para o bispo de Duque de Caxias (RJ), d. Mauro Morelli, a divisão "tomada através de mediações nem sempre cristalinas e participativas" é motivo de "preocupação". Para o bispo de São Félix do Araguaia (MT), d. Pedro Casaldáliga, "é custoso acreditar que a medida não tenha sido intervencionista e politiqueria". (Folha SP - 03/09/88)

Desmonte faz parte da estratégia conservadora

A decisão vaticana de dividir a Arquidiocese de São Paulo, fora do modelo proposto pelo cardeal Arns, integra "uma ampla estratégia de setores da Cúria Romana para diminuir a colegialidade episcopal e destruir a proposta da Igreja como comunidade, ligando cada diocese mais diretamente ao próprio papa". A opinião é do sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira, 44, doutor em Sociologia da Religião pela Universidade de Louvain (Bélgica) e professor de História das Religiões na América Latina, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

O sociólogo acrescentou que "a política eclesiástica tem ligações com a política mais geral na sociedade" e que "é possível investigar e descobrir quais os personagens dessa estratégia conservadora e a que interesses estão vinculados".

O ex-procurador e advogado Hélio Bicudo, presidente do Centro Santo Dias de Direitos Humanos, da Arquidiocese de São Paulo havia coordenado o encaminhamento de um abaixo assinado de intelectuais, políticos e sindicalistas ao papa, pedindo que a Arquidiocese não fosse dividida.

Aconteceu
No. 470 - setembro 1988
CEDI Centro Ecológico
de Documentação
e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ
Av. Higienópolis, 963
Telefone: 825-5544
01236 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Júnior
Marcus Vinicius Grod Borges
Neide Esterici
Sérgio Alili
Vera Maria Massagão Ribeiro

Xico Teixeira
Coordenador:
Jetherr Pereira Ramalho

Editor:
Xico Teixeira
Editora assistente
Ligia Dutra
Composição:
Katia Simões
Produção Gráfica
José Truda Jr.
Lúcia Carrera
Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa

Davi Yanomami agradece à ONU e denuncia governo

Eu sou Davi Yanomami. Este ano fui homenageado pela ONU como defensor do meio ambiente. Eu estou muito orgulhoso por esse reconhecimento, especialmente nesse momento em que o Governo brasileiro diz que vai demarcar a área Yanomami, mas muito pequena. Fui informado pela Funai como querem demarcar a nossa terra e fiquei muito preocupado porque decidiram fazer duas florestas nacionais na nossa terra. Para confundir a gente, eles chamaram isso de terra indígena Yanomami. Na verdade querem demarcar dezenove pequenos pedaços da nossa terra, separados, para permitir construção de estradas, mineração, garimpagem, extração de madeira, agropecuária e colonização.

Será que as áreas das aldeias serão cercadas como se faz com o gado? E não é so isso, ainda dizem que irão tirar os milhares de garimpeiros que invadiram a nossa terra há mais de um ano, somente depois da demarcação. No entanto, o meu povo está morrendo. Eu sei que estão nos enganando e talvez esperem que morram todos os meus parentes. Os garimpeiros já mataram muitos Yanomami com armas de fogo, com malária, gripe e outras doenças. Estão sujando nossos rios e igarapés com mercúrio e óleo. Estão destruindo a nossa mata. Estão acabando com a nossa mata. Estão acabando com a nossa caça e com nosso peixe. Estão ameaçando os meus parentes para eles irem embora. Eu mesmo fui ameaça-

do de morte pelos garimpeiros e estou muito preocupado. A polícia se preocupa somente com a segurança dos garimpeiros e não liga para os direitos e para a vida dos Yanomami. A Funai prometeu das assistência médica a todos os Yanomami. Mas faz muitos anos que o médico da Funai chega somente em poucos lugares e por poucos dias, uma ou duas vezes por ano. Muitas vezes faltam remédios. Os poucos funcionários da Funai que gostam de ajudar e se preocupam conosco, estão sendo afastados. Desse jeito já afastaram também vários missionários, médicos e dentistas, amigos que gostavam da gente e nos ajudavam bastante.

O Presidente da República, Sr. José Sarney, prometeu no ano passado fazer o Parque Indígena Yanomami, mas agora já esqueceu. Nós Yanomami não esquecemos e lembramos que várias outras autoridades brasileiras, no passado, já prometeram e não fizeram. Senhores e amigos, a vida do meu povo corre muito perigo, por favor continuem a nos ajudar, e muito urgente. Eu estou muito triste, mas confio em vocês. Estou interessado e honrado de participar da entrega do certificado e tenho a esperança que a ONU não vá ficar calada diante daquilo que está acontecendo ao meu povo.

Atenciosamente

Davi Kopenawa Yanomami

Solução para os Tembé

Os ministros Jader Barbalho, do Mirad e João Alves Filho, do Minter, assinaram Portarias Interministeriais nº. 138-A e 139-A, no dia 28 de julho passado e publicadas no Diário Oficial dia 22 de agosto, transformando a Área Indígena Alto Rio Guamá, em duas Colônias Indígenas: Colônia Indígena Tembé-guamá e Colônia Indígena Canindé. Essa mudança resultou na perda de 25% da terra reservada em 1945 para esses índios. Essa área que deixou de fazer parte da terra dos Tembé, chamada

de Gleba Cidapar, era reivindicada pelo Banco Denasa de Investimentos S/A. e a Cia de Desenvolvimento Agropecuário, Industrial e Mineral do Estado do Pará-Propará, esta última sucessora da Cidapar, colonizadora da área, que foi à falência. Recentemente a Gleba Cidapar foi desapropriada pelo Mirad, para assentar os posseiros invasores da terra dos Tembé, e que se concentram na agora Colônia Indígena Tembé-Guamá.

Líderes indígenas confirmam colônia

Os líderes indígenas de Yauaretê e Taracua confirmaram, durante a entrevista coletiva realizada na sede da 5ª Superintendência Executiva Regional da Funai, que a área conhecida por "Cabeça de Cachorro", na região do alto rio Negro, passou a denominar-se "Colônia Indígena".

A decisão aconteceu no dia 14 de agosto último quando estiveram reunidas lideranças indígenas da região, representadas por Pedro de Jesus Gomes, presidente da União das Comunidades Indígenas do Distrito de Yauaretê, Floriano Cardoso, secretário da Ucidi; Luis Aguiar, membro da comunidade de Yauaretê; Adriano de Jesus, membro do Ucidi; João Bosco Marinho, representante dos professores de Yauaretê;

Orlandino Matos, presidente da Sociedade das Comunidades Indígenas de Taracua, rio Uaupés; José de Lima Ribeiro, secretário da Socitru; Otávio Monteiro membro da comunidade de Taracua; Lúcia Fonseca, presidente do Clube de Maes de Taracua; Cel. Carneiro, representante do Conselho de segurança Nacional; Daniel Marques de Souza, superintendente de Assuntos Fundiários; Francisco Celso Ferreira Alencar, superintendente executivo Regional da 5ª Suer; Alvaro Fernandes Sampaio, índio Tukano e o administrador regional de São Gabriel da Cachoeira, além de outros líderes daquela região do alto rio Negro. (A Crítica - 19/08/88)

Demarcação de terra Awá está suspensa

O ministro PedroACYOLI, do Tribunal Federal de Recursos (TFR), concedeu dia 29 uma liminar a 36 proprietários de terras no município de Monções (MA), suspendendo a implantação da reserva indígena Awá. A reserva foi criada no dia 6 de maio passado por uma portaria dos ministros João Alves do Interior, e Jäder Barba-

lho, da Reforma Agrária. A implantação da reserva, que atingiria um total de 147,5 mil hectares de uma região conhecida por Bela Vista, no interior do estado, ficará suspensa até que o plenário do TFR julgue definitivamente o mandado de segurança impetrado pelos fazendeiros. (Gazeta Mercantil - 30/08/88)

Awá correm risco de extinção

Em São Luis, o indigenista Dimas Valencise disse que os índios Guajá, única tribo nômade conhecida no Brasil, da reserva Awá, no norte do Maranhão - estão ameaçados de extinção pela invasão de suas terras por fazendeiros e grileiros. Chefe do

sistema de proteção à tribo, Valencise fez a denúncia ao saber que o Tribunal Federal de recursos sustará a demarcação da reserva, em liminar concedida a fazendeiros instalados na área. (O Globo - 31/08/88)

Padres permanecem nas reservas indígenas

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) conclamou os missionários católicos a permanecerem em áreas indígenas, enquanto tenta obter junto ao governo a revogação dos atos da Funai que expulsaram ou restringiram a atuação de 18 missionários, desde o final de 1986. A

CNBB considera como "imposições arbitrárias" essas decisões da Funai.

A decisão de estimular a atuação da Pastoral Indígena foi tomada pelos 26 bispos que compõem o Conselho Permanente da CNBB após avaliação da questão indígena. (Correio do Brasil - 26/08/88)

Constituinte acaba em clima de festa



De braços erguidos, o presidente do Congresso constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, comemora na Mesa a última sessão de votações

À 1h55m do dia 2 de setembro, em clima de festa e sob uma chuva de papel picado, foram encerrados os trabalhos do segundo turno de votação da nova Constituição brasileira.

Cansados, os constituintes não perdiam a alegria. Saudaram a última votação, à 1h40m, com papel picado, e ouviram com reverência o discurso final de Ulysses Guimarães.

Depois cantaram o Hino Nacional, de mãos dadas.

O relator Bernardo Cabral previu para o dia 8 a publicação preliminar do texto constitucional e sua aprovação final no dia 16. A nova Carta deverá ser promulgada no dia 5 de outubro, uma quarta-feira, "na primavera", como observou o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

5 de outubro, a data da nova Carta

O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, anunciou, o dia 5 de outubro para a promulgação da nova Constituição, cuja redação final será votada no dia 22. Sua idéia inicial era promulgá-la no dia 21, início da primavera, mas, por ser uma data muito próxima, não daria tempo para preparar a grande festa em que pretende transformar o evento.

Ulysses fez veemente defesa do cumprimento da nova Carta, advertindo que "se a Constituição for desmoralizada, será também a desmoralização da lei e da democracia e a de-

mocracia é a vontade da lei e não a vontade de Ulysses Guimarães, José Sarney ou do General Leônidas".

O Deputado fez essa advertência quando jornalistas perguntaram sobre a possibilidade de alguns dispositivos não virem a ser cumpridos pelo fato de terem sido muito criticados, como o tabelamento de juros. Sem entrar no mérito, Ulysses foi objetivo:

- A Constituição terá de ser cumprida por todos. Ela foi feita para isso e não para ser desmoralizada.

(O Globo - 03/09/88)

Lula: "O possível foi conquistado"

"Para o tipo de campanha que eu fiz, para o eleitorado que eu represento, a Constituição atendeu a maior parte das expectativas. Os capítulos referentes a saúde, educação, previdência social e direitos dos trabalhadores são razoáveis. Evidentemente, os trabalhadores não conseguiram tudo o que queriam, mas o possível foi conquistado. Se dependesse de

mim alterar alguma coisa desse projeto, eu faria a reforma agrária e diminuiria a tutela militar sobre o Estado. Consagraria também a estabilidade no emprego e mudaria de organização sindical, para acabar com a exigência de o sindicato ficar subordinado ao sistema confederativo".

(JB - 02/09/88)

Sarney pretende ser "dedicado servidor"

O presidente José Sarney disse que será "o mais dedicado servidor da Constituição", após a promulgação da nova Carta. O presidente lembrou que fez "algumas críticas e muitas ponderações sobre alguns pontos que estavam

sendo discutidos", no Congresso constituinte, mas ressaltou que cumprirá as decisões tomadas pelos parlamentares. "Farei tudo para que ela tenha êxito", declarou. (Folha SP - 02/09/88)

Os ataques de Sarney à constituinte

18 de maio de 1987 - O presidente José Sarney, em discurso de 20 minutos em rede nacional de rádio e televisão, critica o Congresso constituinte pela demora em decidir sobre a duração do seu mandato e afirma que ficará na Presidência até 1990.

17 de junho de 1987 - Em entrevista coletiva, o presidente critica novamente o Congresso constituinte e o presidente Ulysses Guimarães, pela demora na votação de seu mandato.

27 de agosto de 1987 - Sarney diz que não ficou satisfeito com a inclusão do parlamentarismo no anteprojeto de Constituição e afirma que o presidente tem que ter participação na discussão sobre a mudança do sistema de governo.

12 de fevereiro de 1988 - No programa se-

manal "Conversa ao Pé do Rádio", o presidente Sarney reclama dos dispositivos sobre a legislação penal aprovados pelo plenário do Congresso constituinte. Ele disse que será o "caos", o "império do crime e da impunidade". Segundo o presidente, se o texto fosse mantido, os criminosos não poderiam ser presos (a não ser com ordem judicial ou através de flagrante).

26 de julho de 1988 - Em cadeia nacional de rádio e televisão, o presidente Sarney discursa durante 28 minutos falando contra o texto constitucional aprovado em primeiro turno. Ele afirma que a aprovação do projeto sem modificações levaria o país à "ingovernabilidade".

(Folha de S. Paulo - 02/09/88)

Presidente da CNBB avalia constituinte



O Arcebispo de Mariana e Presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, elogiou dia 31, em Belo Horizonte, o texto básico da futura Constituição, pelo qual, segundo disse, a sociedade saiu valorizada no processo. Ele disse que foi importante para o País a estimulação dos valores da cidadania, traduzidos em avanços de cunho social.

- A cidadania passou a ser o ponto focal e não mais o Estado. A prioridade da nova Carta é para a sociedade e não para o Estado - afirmou.

Dom Luciano explicou que o texto da Constituição saiu "bem melhor" do que ele esperava. Ele criticou, entretanto o Capítulo referente à reforma agrária. (O Globo - 01/09/88)

Últimos dispositivos aprovados

Aumenta multa para demissão arbitrária

O governo terá de atualizar os proventos e pensões dos servidores aposentados no máximo 180 dias após a promulgação da nova Constituição. A intenção é recuperar o poder aquisitivo dos aposentados. O cálculo para a atualização terá como base o valor em salários mínimos da aposentadoria na data de sua concessão.

Após esta atualização, os proventos da aposentadoria serão sempre revistos, na mesma proporção e na mesma data, que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Depois de um acalorado debate, a Constituinte suprimiu um privilégio para a aposentadoria do funcionalismo aprovado no primeiro turno de votação. Pelo texto, o servidor público poderia optar, quando da aposentadoria, pelas normas em vigor na data de sua admissão ou durante sua atividade no serviço público, desde que mais vantajosas. Se esta proposta tivesse sido mantida, o funcionário poderia se aposentar com base em leis anteriores aos governos militares, que possibilitavam mais vantagens pecuniárias. (JB - 02/09/88)

Seis meses para corrigir aposentadoria

A Constituinte manteve o artigo que fixa em 40 por cento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) o valor da indenização a ser paga ao trabalhador despedido arbitrariamente ou sem justa causa, até que seja promulgada lei complementar que regulamentará os casos de demissão. Está lei fixará a indenização compensatória ao trabalhador.

Enquanto não for feita a lei, também ficará proibida a dispensa arbitrária ou sem justa causa de gestante, des-

de a confirmação da gravidez até cinco meses depois do parto. Foram resguardados ainda os empregados eleitos para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o fim do mandato.

Ficou mantido ainda o artigo que determina a cobrança para custeio das atividades dos sindicatos rurais juntamente com a do Imposto Territorial Rural, até que haja legislação dispondo sobre o assunto. (O Globo - 01/09/88)

Servidor estável aos cinco anos

A Constituinte manteve a estabilidade para o servidor civil (admitido sem concurso) com mais de 5 anos no serviço, e também o dispositivo que torna sem efeito jurídico qualquer ato lavrado depois da sua instalação visando a conceder estabilidade aos servidores, em todo o país.

O Deputado José Costa (PSDB-AL) disse, antes da votação, que o dispositivo criaria um trem da alegria, beneficiando alguns milhares de servidores, muito deles parentes de constituintes.

As lideranças não só mantiveram a estabilização para os servidores que, à data da promulgação da Constituição,

tenham 5 anos de exercício continuado, como a estenderam aos das Fundações, que no texto do projeto estavam expressamente excluídos. Mas excluíram os professores de nível superior. E ficou mantida a não aplicação aos ocupantes de cargos de confiança.

Todas as lideranças votaram a favor da emenda, em geral lembrando que em todas as fases da Constituinte defenderam a estabilidade para o servidor (algumas, também para os trabalhadores do setor privado). A emenda foi aprovada por 408 votos contra 26 e oito abstenções. (O Dia - 02/09/88)

Governo controlará venda de sangue

A Constituinte rejeitou todas as emendas que suprimiam a proibição da venda de sangue e seus derivados, o que, na prática, significa que o Estado exercerá controle absoluto sobre os bancos de sangue. Foi vetada, também, a venda de órgãos humanos e as condições para remoção e transplante serão definidas em lei ordinária.

A manutenção do dispositivo aprovado no primeiro turno foi defendida pelo Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), cuja gestão no Ministério da Saúde foi responsável pelo programa de implantação de hemocentros, nos quais, devido ao rígido controle exercido pelo Estado, registrou-se índice zero de contaminação. Até hoje nenhum caso de Aids foi constatado em consequência de transfusões realizadas nesses centros. Por isto, Sant'Anna teve como aliado o grupo de hemofílicos

liderados por Herbert de Souza, o Betinho, irmão do cartunista Henfil, vítima da Aids adquirida em transfusão hospitalar.

O Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) criticou duramente a proibição da venda, que, segundo ele, é o primeiro caminho para a completa estatização, que, a médio prazo, poderá conduzir a dificuldades na distribuição dos derivados.

- Se, amanhã, faltar sangue no País os líderes da maioria serão os responsáveis - acusou o Deputado, por duas vezes, ao encaminhar as votações em nome do PDS.

Carlos Sant'Anna explicou que, na prática, o dispositivo aprovado não obriga a estatização do serviço, e sim um controle rígido dos bancos de sangue, da coleta à transfusão. (O Globo - 01/09/88)

Principais pontos da Carta

Título I

Dos Princípios Fundamentais Democracia direta

O texto prevê que “todo poder emana do povo que o exerce por representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Título II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais Crimes inafiançáveis

A tortura, o terrorismo, o tráfico de drogas e os crimes hediondos são crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia.

Direito de propriedade

É garantido o direito de propriedade que deverá atender sua função social. As indenizações devem ser pagas mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos em lei (reforma agrária e reforma urbana).

Mandado de segurança coletiva

Partidos, sindicatos e outras organizações legalmente constituídas podem impetrar mandado de segurança em defesa dos interesses dos seus membros ou associados.

Estabilidade no emprego

Proteção ao emprego contra a demissão arbitrária ou sem justa causa. O tema é remetido para definição em lei complementar.

Trabalho em turnos

Limite de seis horas de trabalho realizada em turnos ininterruptos de revezamento.

Hora extra

O serviço extraordinário terá uma remuneração superior em, no mínimo, 50% em relação ao

salário normal.

Licença-paternidade

Será definida em lei complementar o período de licença para o pai (provisoriamente definida em cinco dias).

Unicidade sindical

Não haverá mais que uma organização sindical por categoria profissional.

Direito de greve

O direito de greve fica assegurado praticamente sem restrições. No caso dos serviços essenciais a lei disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Voto aos 16 anos

O voto é facultativo para os maiores de 16 e menores de 18 anos.

Título III

Da Organização do Estado Nacionalização dos recursos minerais

Os recursos minerais, inclusive do subsolo, pertencem à União. Exploração exclusiva por empresa nacional.

Serviços públicos

É competência da União a exploração, direta ou mediante concessão a empresas sobre controle acionário estatal, dos serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de comunicações.

Greve de funcionários públicos

O servidor público civil tem direito à livre associação sindical,

o direito de greve foi remetido para a legislação complementar.

Título IV

Da Organização dos Poderes Mandato presidencial

O mandato dos futuros presidentes será de cinco anos.

Eleições

As eleições majoritárias serão realizadas em dois turnos.

Título V

Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas Forças Armadas

As forças Armadas destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de um destes, da lei e da ordem.

Título VI

Da Tributação e do Orçamento Sistema tributário

O texto promove a redistribuição dos impostos em favor dos Estados e municípios.

Título VII

Da Ordem Econômica e Financeira Empresa Nacional

Ficam assegurado às empresas de capital nacional benefícios e proteção por parte do Estado - o que permite o estabelecimento de reservas de mercado.

Capital estrangeiro

A lei disciplinará com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro e regulará a remessa de lucros.

Intervenção do Estado

A intervenção do Estado na economia é permitida quando

da Constituição

atende aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.

Exploração do subsolo

A pesquisa e a lavra de recursos minerais somente poderão ser feitos por brasileiros e empresas brasileiras de capital nacional.

Reforma Urbana

As desapropriações de imóveis devem ser pagas previamente em dinheiro, com a ressalva de que terrenos sem edificações, que podem ser desapropriadas mediante títulos da dívida pública.

Reforma agrária

As propriedades produtivas são insuscetíveis de desapropriação.

Juros

As taxas de juros reais não poderão ser superiores a 12% ao ano, sendo a cobrança acima deste limite considerada crime de usura, punida em todas as suas modalidades.

Título VII Da Ordem Social Saúde

Fica instituído o sistema de saúde (do qual as empresas privadas podem participar mediante contratos de direito público e convênios) e proibida a comercialização de sangue e seus derivados.

Aposentadoria

O aposentado receberá o valor médio dos últimos 36 salários, corrigidos de acordo com o valor da OTN mensal. Foi aprovado também a aposentadoria proporcional para as mulheres.

Educação

A obrigatoriedade do ensino público (gratuito) abrangerá também o nível médio. A união poderá subsidiar escolas de caráter

religiosos (como as universidades católicas e metodistas), comunitárias e filantrópicas.

Liberdade de informação

Fica assegurado aos meios de comunicação ampla liberdade, sendo proibida a censura de natureza política ou ideológica.

Concessões de rádio e TV/Comunicação

O Congresso Nacional terá de aprovar as concessões de canais de rádio e TV feitas pelo Executivo. Foi instituído o Conselho Nacional de Comunicação como órgão auxiliar do Congresso Nacional. Os meios de comunicação social não podem ser objetos de monopólio. A propriedade de empresas jornalísticas e de radio-difusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Meio ambiente

O texto aprovado determina que a floresta amazônica, a Mata Atlântica, o pantanal mato-grossense, a serra do mar e a zona costeira nacional são patrimônio nacional, cuja utilização se fará dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente. Estabelece também que aquele que explorar recursos minerais tem a obrigação de recuperar "o ambiente degradado". O Estado deve fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação do material genético.

Divórcio

A dissolução do casamento civil pode ser feita desde que haja separação legal por mais de um ano ou separação de fato por mais de dois anos.

Índios

São reconhecidos aos índios os direitos originais sobre as terras que tradicionalmente ocu-

pam, competindo à União demarcá-las e proteger seus bens. Fica eliminada a distinção entre índios aculturados e não-aculturados.

Título IX

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Mandato do presidente Sarney

O presidente José Sarney tem um mandato de cinco anos e permanece na Presidência até 1990.

Anistia aos militares cassados

Nega o pagamento de aposentado aos militares cassados pelo Movimento de 64. Os punidos por razões políticas terão direito a promoções na inatividade, sem direito a reintegração.

Anistia aos funcionários civis

Os servidores públicos civis da administração direta (com exceção dos empregados dos ministérios militares), das fundações e das empresas estatais demitidos a partir de 1979 em virtude de greves têm sua readmissão assegurada.

Eleição de novembro

Não se aplicam para as eleições de novembro próximo o sistema de votação em dois turnos nas cidades de mais de 200 mil eleitores.

"Marajás"

Fica vetado aos funcionários públicos receberem vencimentos superiores aos dos ocupantes dos cargos mais altos da hierarquia nos três poderes. Não será permitida a inovação do direito adquirido pelos atuais "marajás".

Anistia bancária

Concede anistia do pagamento de correção monetária de empréstimos tomados por pequenos e microempresários urbanos e rurais durante a vigência do Plano Cruzado.

Acontecendo

Fim de festa

Do deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP), a respeito do último dia de votação da Assembleia Constituinte:

- Aquilo lá parecia fim de feira. Quando, ao meio-dia, o chuchu já está mole, os tomates estragados e a banana ficando preta, o feirante empurra a mercadoria por qualquer preço. Foi exatamente assim. Cada parlamentar querendo empurrar o seu trenzinho da alegria. (Informa JB - 03/09/88)

Decepção brasileira

Piada com rima que anda circulando em Brasília sobre as três maiores decepções da população brasileira:

- 1) Tancredo ter morrido.
- 2) Sarney ter assumido.
- 3) José Aparecido. (Painel Folha SP - 03/09/88)

Território maranhense

Aprovada a anexação de Fernando de Noronha a Pernambuco, um deputado governista perguntou ao senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), com ironia, se não seria sensato também anexar a área em que se localiza Brasília àquele Estado nordestino.

Chiarelli devolveu a ironia:

"Impossível. O Distrito Federal já está atrelado ao Maranhão." (Painel Folha SP - 03/09/88)

Só

Impossibilitado de assumir o governo do Distrito Federal, que lhe fora prometido

por Sarney, o senador Alexandre Costa (PFL-MA) almoçava dia 2 sozinho no restaurante do Senado.

Frequentado por multidões nos últimos 25 dias, o gabinete do senador também estava às moscas. (Painel Folha SP - 03/09/88)

No ar

Dia 2 de setembro foi fraco no Ministério das Comunicações.

Só foram concedidas três emissoras de rádio, uma em Goiás e duas em Minas.

Promulgada a nova Constituição, as concessões deverão passar pelo Congresso. (Painel Folha SP - 03/09/88)

Coro infeliz

Quando o presidente nacional do PSDB, José Richa, apareceu dia 2 no saguão do Aeroporto de Cumbica, os "tucanos" se alvoroçaram.

"Richa, Richa", gritavam.

Até os guardas do aeroporto riram com a semelhança entre o coro e um tipo de xingamento muito comum nos campos de futebol. (Painel Folha SP - 03/09/88)

Rosto marcado

Às 2h15 da madrugada do dia 2 Ulysses Guimarães deixou o plenário constituuinte com as bochechas carimbadas de batons de várias tonalidades de vermelho.

Fora beijado em abundância pela bancada feminina, e também por algumas jornalistas que cobriram os trabalhos constituintes. (Pai-

nel Folha SP - 03/09/88)

Quem mentiu

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou, nota, em Brasília, acusando o governo de "mentir" nas inserções programadas pelas emissoras de TV, sobre a delimitação das áreas dos índios Yanomami que cobrem Roraima e o Estado do Amazonas.

Em lugar dos "mais de 8 milhões" de hectares delimitados segundo o Cimi, há apenas 2 milhões, divididos em 19 áreas descontínuas. (Painel Folha SP - 03/09/88)

"El pueblo"

Quinta-feira, em Brasília, Fernando Lyra, coordenador da campanha de Brizola à presidência, ouviu em silêncio as observações de que, no segundo turno das eleições presidenciais, haverá forte coligação amparada pelo empresariado e pelas Forças Armadas para derrotar o candidato pedetista.

"Será que isso basta para derrotar el pueblo?", rebate Lyra. (Painel Folha SP - 03/09/88)

Prazo fatal

Do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães:

- Podem começar a contar. Vou esperar seis meses para mostrar que esse Capítulo da Ordem Econômica da nova Constituição não é bom. Acho uma hipocrisia aqueles que criticavam antes ficarem agora elogiando. (Informe JB - 05/09/88)

Dia D

A data escolhida pelo deputado Ulysses Guimarães para entrar em vigor a nova Constituição, 5 de outubro, é a mesma do plesbiscito que o general Pinochet está promovendo no Chile. (Informe JB - 05/09/88)

Família dividida

Roseana Sarney dia primeiro ontem para o Rio.

Não quis estar ao lado do pai, quando no fim-de-semana, em São Luís (MA), ele prestigiou a difícil candidatura a prefeito de Carlos Guterres (PMDB-PFL). (Painel Folha SP - 02/09/88)

Causa Própria

O dispositivo que constitucionaliza a Zona Franca de Manaus é tão bairrista em sua motivação que, ao abordá-lo, ontem, Ulysses Guimarães foi de uma incontida sinceridade:

"É a emenda em homenagem a nosso relator Bernardo Cabral". (Painel Folha SP - 02/09/88)

Tática

Os "tucanos" de São Paulo acreditam numa única alternativa para que Serra se viabilize eleitoralmente.

Uma alternativa óbvia: polarizar rapidamente com Paulo Maluf. (Painel Folha SP - 02/09/88)

Queda livre

De Carlitos Maia, filósofo popular petista:

"O PSDB vai rolar serra

abaixo". (Painel Folha SP - 02/09/88)

Quem diria

Ex-militante do MR-8, o prefeito de Cuiabá (MT), Dante de Oliveira (PMDB), está decepcionado com seu antigo grupo político.

"O MR-8 se prostituiu e agora tem até um alto dirigente que é funcionário do Palácio do Planalto", disse, dia primeiro. (Painel Folha SP - 02/09/88)

"Violência"

Dirigentes sindicais paraenses instalaram dia 2, na "Boca Maldita", em Curitiba, um "painel da violência" com fotos e telão de vídeo, retratando os incidentes do último dia 30, quando a polícia do governador Alvaro Dias investiu contra uma manifestação de professores em greve. (Painel Folha SP - 02/09/88)

Exaustão

O clima de exaustão estampado dia primeiro pelos constituintes se manifestava por alguns fatos pitorescos.

Tonto de sono, o deputado baiano Domingos Leonelli circulava pelo plenário com um sapato de uma cor e o outro de cor diferente. (Painel Folha SP - 02/09/88)

Sarney atrapalha

Amigos de Ulysses estavam dia 4 preocupados com a notícia de que Sarney decidiu apoiar a candidatura do presidente do PMDB à Presidência da República.

Para eles, Ulysses vai fugir de qualquer maior identidade com Sarney, convencido de que isso atrapalhará sua caminhada ao Planalto. (Painel Folha SP - 05/09/88)

Alvo dos juro

O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), autor da emenda que tabelou os juros bancários, acha que está sendo alvo de "uma campanha de terrorismo que só serve para quem quer se beneficiar do caos total".

"Dizer que o ouro e o dólar dispararam por causa do limite dos juros em 12% é uma barbaridade", afirma Gasparian.

Novos planos

O deputado Fábio Feldmann (PDS-SP), articulador do "Bloco Verde" no Congresso Constituinte, deve se encontrar esta semana com o governador Miguel Arraes (PE).

Em pauta, a discussão do projeto de implantação, em Fernando de Noronha, de um parque nacional que preserve sua fauna marinha. (Painel Folha SP - 05/09/88)

Culpa dos outros

O ministro Almir Pazzianotto não aceita as críticas que o apresentam como um dos responsáveis pela rejeição da estabilidade no emprego.

"Quem decidiu o assunto foi a Constituinte. É, aliás, numa barganha difícil de explicar, pois num artigo acena com a estabilidade e no outro mantém o sistema do FGTS", diz. (Painel Folha SP - 05/09/88)

Walesa consegue fim das greves

Carregando bandeiras do Solidariedade e caminhando atrás de uma cruz levada por um companheiro, cerca de três mil operários saíram dia 01 de setembro do Estaleiro Lênin, que ocupavam há 17 dias, encerrando sua greve. O fim do movimento, por aumento salarial e pela legalização do sindicato independente Solidariedade, foi conseguido pelo líder sindicalista Lech Walesa, que continuava negociando o fim de outras greves.

Em Stalowa Wola, no Sul da Polônia, os grevistas começaram a deixar o estaleiro na noite de quarta-feira, depois de receberem, por telefone, um pedido de Walesa, que negociava com o Governo, e uma mensagem do Episcopado. Mas os mineiros

de carvão continuam parados, exigindo a presença de Walesa, e em sete empresas as atividades continuam paralisadas.

Ao deixar o Estaleiro Lênin, dirigindo-se à igreja de Santa Brígida, os trabalhadores foram aplaudidos por uma multidão que gritava: "Obrigado, obrigado" e "Não há liberdade sem Solidariedade". Durante a missa, na igreja de Santa Brígida, os trabalhadores ouviram o Padre Henryk Jankowski dizer que eles demonstraram prudência ao decidirem suspender a greve, que classificou de protesto físico, acrescentando que a luta continuará através do diálogo. (O Globo - 02/09/88)

Líder negocia legalização do Solidariedade

O líder do Solidariedade, Lech Walesa, converteu-se, dia 31, com o ministro do Interior, general Czesław Kiszczak, numa casa particular na capital polonesa, durante três horas. Não foi divulgada, de imediato, nenhuma nota sobre o resultado das discussões. O encontro, coincidindo com o oitavo aniversário dos acordos de Gdansk, que resultaram na criação do sindicato independente, é o primeiro entre Walesa e o Governo desde que o Solidariedade foi esmagado pela lei marcial de 1981. Walesa foi

convidado terça-feira à noite para se encontrar com o ministro do Interior e com o secretário-geral de uma organização política de apoio ao Governo, (Pron), Stanislaw Closek, que também é membro do Politburo.

As partes deveriam discutir a criação de uma mesa redonda sobre os problemas nacionais que incluía entidades independentes. Fontes sindicais garantiram que Walesa pediria a legalização do Solidariedade. (Ultima Hora - 01/09/88)

Tutu faz apelo por boicote às eleições

O arcebispo anglicano Desmond Tutu, Prêmio Nobel da Paz, exortou brancos e negros a boicotarem as eleições municipais programadas para o próximo mês, num aberto desafio às leis de emergência impostas pelo estado, em vigor na África do Sul. Em sermão feito na catedral de São Paulo, na cidade do Cabo, o arcebispo considerou "ridículas e injustas" as eleições segregadas onde votarão em separado brancos, negros, mestiços e asiáticos.

"Peço aos negros desta diocese que não votem nas eleições de outubro e espero que os anglicanos

brancos se unam aos anglicanos negros nesta atitude", afirmou Tutu: "Tenho consciência das penalidades que este chamamento pode implicar. Não estou desafiando o governo, estou obedecendo a Deus", disse o arcebispo em seu púlpito.

As eleições municipais estão sendo combatidas por militantes anti-apartheid, que consideram os conselhos municipais um instrumento do governo da minoria branca para manter o controle sobre as cidades negras. (JB - 05/09/88)

Mandela transferido, libertação iminente

O Governo da África do Sul anunciou que o líder nacionalista Nelson Mandela, de 70 anos, que há 26 anos cumpre pena de prisão perpétua, foi transferido do Hospital (estatal) Tygerberg, na Cidade do Cabo, onde se recuperava de tuberculose, para a vizinha Clínica (particular) Constantiaberg, onde recebeu a visita do Ministro da Justiça Kobie

Coetsee. Tudo isso parece indicar que está mais próxima sua libertação.

Nem sequer a mulher de Mandela, Winnie, soube de antemão de sua transferência, ocorrida aparentemente na quarta-feira à noite e que foi divulgada pelo porta-voz do Serviço Penitenciário Danie Immelman. (O Globo - 02/09/88)

Protesto contra Pinochet

A maior manifestação em 15 anos de ditadura no Chile, começou dia 4 de forma pacífica. Cerca de 350 mil pessoas - o suficiente para encher 20 quarteirões de uma avenida da largura da Passarela do Samba, no Rio de Janeiro - juntaram-se de manhã num comício da Oposição para o plebiscito de 5 de outubro. Terminado o ato, no centro de Santiago, o povo decidiu marchar até o Palácio de La Moneda, a sede do Governo, bombardeada no golpe militar de setembro de 1973. Mas a multidão foi dispersada a golpes de cassetete, jatos de água e bombas de gás lacrimogêneo pelos "carabineros", a Polícia Militar do país. A manifestação terminou numa batalha campal.

O ato, na verdade, foi o primeiro da Oposição desde que o estado de emergência, em vigor há 15 anos, foi suspenso, na semana retrasada. Mas no início da noite, o Prefeito de Santiago, General Sérgio Badiola, informou os tristes resultados da manifes-

tação: 262 detidos, oito feridos, e danos à propriedade equivalentes a cinco milhões de pesos (cerca de CZ\$ 6 milhões).

Os primeiros distúrbios ocorreram na Praça Itália, a 15 quarteirões do Palácio de La Moneda. Os policiais tentaram conter a marcha, pedindo pelos megafones de seus carros, que todos voltassem para casa. Depois, lançaram jatos de água. Um grupo de militantes da Frente Patriótica Manoel Rodríguez (FPMR) e do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) tentou destruir uma agência do Banco Edwards, mas foi impedido por outros manifestantes. A violência começou a aumentar, e os "carabineros" avançaram pelas ruas com os "guancos", carros blindados que lançam água e gás lacrimogêneo. Os jovens reagiram atirando pedras e montando barreiras com pneus queimados e madeira. Um rapaz, moreno e de bigodes,

fez explodir uma bomba caseira, ferindo duas mulheres. Quase foi linchado pelos próprios manifestantes, mas acabou sendo salvo por dois padres, que o entregaram aos policiais.

No meio da confusão, alguns jovens saquearam a loja de eletrodomésticos Mellase y Salas. Enquanto isso, alguns quarteirões mais adiante, a Polícia Militar jogava gás lacrimogêneo em manifestantes pacíficos, obrigando-os a buscar refúgio em bares e atrás de bancas de jornais. Muitas pessoas, que levaram cartazes, foram presas. A televisão da Universidade Católica do Chile informou que os presos foram apenas 30.

Mas a manifestação não foi violenta desde o início. O comício, recheado por músicas e apresentações artísticas, foi tranquilo. As pessoas, entre as quais algumas em cadeiras de rodas, dançavam ao som de valsas de Strauss. No final, a chuva dispersou os poucos que ainda permaneciam nas ruas. (O Globo - 05/09/88)

Viúva de Allende: Abertura é farsa

Hortensia Allende, viúva de Salvador Allende, último Presidente chileno eleito democraticamente, declarou que a recente abertura iniciada pelo regime do General Augusto Pinochet é uma "simples operação cosmética". Hortensia Allende, que vive exilada no México, disse, também, em entrevista publicada dia 4 no jornal

"Diário 16", de Madri, que "Pinochet é um ditador sanguinário, sem ter direito de falar em democracia".

A anistia aos exilados é, em sua opinião, uma manobra do Governo do General Pinochet, que pretende "melhorar sua cara" com vistas à consulta que pretende fazer. Quanto ao resultado do plebiscito, ela garantiu que

o "não" sairá vitorioso. "Por que não será apenas um não a Pinochet, ao regime, à sua instituição; mas também à pobreza, ao desemprego, aos cinco milhões de chilenos que não podem satisfazer suas necessidades mais elementares", acrescentou. (O Globo - 05/09/88)

Pinochet procura "abertura"

A pouco mais de um mês da realização do plebiscito presidencial no Chile, a permissão para a volta dos exilados é mais um lance na ofensiva "eleitoral" do general Pinochet. Junto com a suspensão das medidas de exceção - decretada na semana passada -, essa decisão representa também uma tentativa de abertura controlada, que mantém os fundamentos do regime.

Isso ocorreu porque, por um lado, a indicação de Pinochet como candidato único ao plebiscito não foi pacífica entre os comandantes militares. O chefe da Força Aérea, por exemplo, nunca escondeu que preferia um civil, que afinal não foi encontrado. Acabaram cerrando fileiras em torno do "generalíssimo".

A dificuldade de consenso entre os comandantes juntou-se o aumento dos protestos de vários setores da po-

pulação, aglutinados no movimento pelo "não", cujo crescimento tem sido apontado pelas últimas pesquisas. Pela primeira vez em 15 anos, as forças de oposição desenvolvem ações unificadas.

A abertura do regime chileno tem limites bem claros. A Constituição de 1980 mantém o poder de fato nas mãos das Forças Armadas. O governo pode voltar a decretar os estados de exceção a qualquer momento, segundo sua conveniência. A violenta repressão às manifestações de repúdio que se seguiram à indicação de Pinochet é uma indicação desses limites. Resta saber até que ponto os militares poderão manter esse processo sob controle. O grande teste será o plebiscito. (Cláudio Camargo) (Folha SP - 02/09/88)

Comando ameaça jogar bombas em romeiros

Com a expectativa da participação de 30 mil pessoas, a romaria estadual da terra prevista para o sábado, dia 10 em Imperatriz, a 780 quilômetros de São Luís, promovida pela Igreja, recebeu ameaça de um certo Comando Revolucionário 31 de Março (COR-31). Em diversos locais da cidade, até nas portas das igrejas, foram afixados panfletos sob a responsabilidade do COR-31 ameaçando acabar com a romaria explodindo bombas.

Trata-se da terceira romaria que a Igreja promove neste estado. A primeira foi realizada em 15 de setembro de 86, em Vargem Grande, com a participação de 15 mil pessoas e um tema: Terra de

Deus, terra de irmãos. A segunda foi ano passado, em Bacabal, com 20 mil romeiros. O tema era Terra, clamor deste povo.

O bispo Dom Afonso Gregory da Arquidiocese de Imperatriz, ex-auxiliar de Dom Eugênio Sales, no Rio, que organiza a romaria, confirmou a existência dos panfletos, assim como o delegado da polícia federal, em Imperatriz, João Martins. O bispo desconfia do pessoal da TFP (Tradição, Família e Propriedade), que nos últimos dias esteve na cidade, e da UDR, preocupada com manifestações dos sem-terra. (JB - 02/09/88)

Usina de álcool em Cabo Frio é punida por aliciamento de menores

Em inspeção realizada dia 3 na Usina de Alcool, Agro Indústria São João, em Cabo Frio, o Juiz Paulo Sérgio Prestes, da 1ª Vara Cível e o promotor Domingos de Almeida Neto encontraram menores trabalhando irregularmente além de alojamentos e cozinha em péssimo estado. A vistoria foi motivada por denúncias de 23 menores - a maioria de Eunápolis, no sul da Bahia - que deixaram os canaviais da fazenda durante a semana.

Da vistoria, na verdade uma operação organizada de modo a surpreender os responsáveis pela usina, participaram 16 soldados da PM, policiais civis, comissários de menor e quatro mergulhadores do Quartel de Bombeiros da Barra da Tijuca pois as denúncias davam conta também de que alguns

menores que trabalhavam como cortadores de cana haviam sido mortos e seus corpos jogados em três lagoas próximas aos alojamentos. Entretanto nenhum corpo havia sido encontrado até o final da tarde do dia 3.

A operação deveria ser sigilosa. Mas, logo o Juiz e os policiais constataram que os diretores da usina já haviam sido alertados porque tão logo chegaram à usina, que fica a 28 quilômetros de acesso de Búzios, emprega cerca de 300 pessoas e produz 80 mil litros de álcool combustível, encontraram o advogado da empresa, José Vicente Janoti. Assim mesmo, acompanhados do advogado, foram vistoriar os alojamentos onde encontraram vários menores trabalhando sem contrato. (JB - 04/09/88)

PT acusa ex-ministro por acordo duvidoso

O atual ministro da Previdência Social, Jader Barbalho, quando à frente do Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária (Mirad), transformou o órgão num "movimentado escritório de transações imobiliárias". A denúncia está no Dossiê sobre a atuação do ministro Jader Barbalho no Mirad, documento de 54 páginas divulgado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que acusa o ex-ministro de, entre outras coisas, fazer acordos duvidosos com proprietários de terras, pagando por elas, à custa de erário público, preços até cinco vezes acima dos valores reais de mercado.

"Os acordos com os latifundiários patrocinados por Jader Barbalho transformaram as desapropriações num excelente negócio de compra e venda de terras", acusa o PT, acrescentando que "o Mirad transformou-se num intenso pregão, a ponto de estar empurrando para cima os preços no mercado de terras". O documento afirma, por exemplo, que des-

de que o Mirad adquiriu 230 mil hectares de terra no Polígono dos Castanhais (Pará), pagando de CZ\$ 10 mil a CZ\$ 14 mil por um hectare cotado entre CZ\$ 2 mil e CZ\$ 4 mil, ninguém mais quer vender terras por menos de CZ\$ 10 mil o hectare em Marabá.

A transação envolvendo o Polígono dos Castanhais, rotulado pelo PT de "o caso mais escandaloso", revela, segundo o documento, outra grave irregularidade: o Mirad pagou um total de CZ\$ 2 bilhões (CZ\$ 1,5 bilhão apenas para a família Mutran) por castanhais sem título definitivo e domínio pleno. Tratavam-se, na verdade, de áreas aforadas a terceiros pelo estado do Pará, através de contratos com cláusulas rígidas, inclusive tornando obrigatória a preservação dos castanhais, item cujo descumprimento daria ao estado direito de denunciar o contrato. (JB - 30/08/88)

Bomba da PM fere estudantes

O estudante Lindomar Valentim Ferreira perdeu parte do dedo indicador da mão esquerda e corre o risco de também perder o dedo polegar porque uma bomba de gás lacrimogêneo - que ele pegou no ar, na tentativa de arremessá-la contra a Tropa de Choque da Polícia Militar, que a havia lançado - explodiu em sua mão durante as manifestações dos estudantes contra o aumento no preço da passagem dos ônibus, de CZ\$ 40 para CZ\$50, que começou a vigorar dia 2.

A manifestação começou na porta do Palácio das Esmeraldas sob um clima de tensão, já que foi acompanhada pelo Batalhão da Tro-

pa de Choque. Depois de um rápido ato público, os estudantes saíram em passeata pelas principais ruas do Centro gritando palavras de ordem.

No ato final do percurso da manifestação, começou o confronto com a Polícia, que deu vários tiros para cima e jogou bombas de gás lacrimogêneo. Lindomar tentou atirar uma de volta para os policiais, mas ela explodiu em sua mão. Vários estudantes foram atingidos pelos cassetetes dos policiais da Tropa de Choque e um deles, Elias Marques de Queiros, foi detido. (O Globo - 03/09/88)

Outro parque nacional é destruído por fogo

Um incêndio ocorrido no Parque Nacional da Chapada dos Viadeiros situado a 200 km ao norte de Brasília, já provocou a destruição de mais de mil hectares de mata virgem. O fogo começou dia 2 e continuou por quase dois dias. Este é o terceiro parque nacional atingido pelo fogo este ano. O primeiro foi o Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas, e o segundo, o Parque Nacional das Emas, em Goiás.

Segundo o secretário-geral do IBDF, José Carlos Carvalho, 35, "as perdas não deverão ser muito grandes, porque a vegetação é rasteira".

Carvalho disse ainda que o noticiário so-

bre as queimadas ocorridas na região amazônica, divulgado dia 2 pela Folha está totalmente de acordo com o relatório elaborado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (Inpe) no ano passado. "A tendência é a situação se agravar cada vez mais", afirmou.

Segundo ele, para mudar o atual quadro será preciso alterar a política de ocupação, o modo de produção (com adoção de técnicas alternativas) e os artigos do código florestal. Atualmente, a legislação permite que cada proprietário desmate 50% de sua propriedade. "Mesmo com a ajuda da PM, não temos condições de saber se isso é cumprido à risca", afirmou. (Folha SP - 03/09/88)

Feema fecha o garimpo no Paraíba do Sul

A Feema interditou dia 2 o garimpo do ouro em São Sebastião do Paraíba, distrito de Cantagalo, Norte Fluminense (a 320 quilômetros do Rio). Grande quantidade de mercúrio, metal poluidor da água do Rio Paraíba do Sul, foi apreendida e três garimpeiros foram presos por policiais civis e militares que ajudaram na operação. Serão enquadrados no artigo 271 do Código Penal (Poluição de água potável) e podem ser condenados de 1 a 3 anos de reclusão. Cinco balsas encontradas funcionando a todo vapor terão de ser desmontadas.

O trecho do Paraíba do Sul era explora-

do há um ano e os garimpeiros já tinham sido advertidos por duas vezes nesse período. Oito gramas de ouro, encontradas numa das cinco balsas, não foram apreendidas porque os exploradores foram aconselhados a vendê-las para obter o dinheiro necessário para deixar a região. A Feema recolheu amostra da água do Paraíba, no trecho explorado, e espera saber se houve contaminação, mas o agente da Feema na região de Nova Friburgo e Cantagalo, Marco Antônio Barbosa, adiantou que a população não corre perigo.

(JB - 03/09/88)

Reitor biônico preso por 200 estudantes

O confronto entre os policiais e os estudantes, que formaram uma barreira na porta da sala do Conselho Universitário, não deixou nenhum ferido, embora os soldados tenham dis-

Soldados do pelotão de choque da Brigada Militar expulsaram dia primeiro de setembro, com pancadas e gás lacrimogêneo, os 200 estudantes que haviam ocupado a sala do Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Durante cinco horas, os estudantes mantiveram presos o novo reitor, Gherard Jacob (cuja posse tentavam evitar) e mais 35 integrantes do Conselho Universitário. Os alunos da UFRGS exigiam que fosse empossado na reitoria o professor, Alceu Ferrari, o preferido da lista de seis nomes submetida à votação direta.

tribuído socos e pontapés, além de usar sprays de gás lacrimogêneo. Para invadir a sala e resgatar o reitor, os policiais usaram machadinhas, embora os líderes dos estudantes gritassem que iriam libertar Gherard Jacob. Mesas, cadeiras e microfones foram quebrados durante a confusão.

A reunião do Conselho universitário, que estava marcada para a parte da tarde, foi antecipada para as 9h, por causa de uma manifestação programada pelos estudantes. A reunião foi interrompida depois que Gherard Jacob assinou o termo de posse. Os 200 estudantes entraram na sala, chamando Jacob de interventor e pedindo sua renúncia. A intenção dos estudantes era ocupar a reitoria e paralisar todas as aulas, até que Jacob renunciasse ao cargo que acabara de as-

sumir. Chegaram até a redigir um termo de renúncia, que o reitor se recusou a assinar.

De acordo com os estudantes, Jacob, que está na universidade há 35 anos, comprometeu-se publicamente a não aceitar a indicação para o cargo, se não fosse o mais votado da lista sêxtupla submetida ao presidente da República. O mais votado, Alceu Ferrari, há 15 anos na UFRGS, estava presente à reunião interrompida e saiu no instante em que Jacob assinou o termo de posse, voltando pouco antes da invasão. Jacob afirmou que também apoiava o nome de Ferrari, que "foi vetado em Brasília sem que saiba a razão", mas negou que tivesse se comprometido a não aceitar a indicação e disse que o presidente da República pode escolher quem quiser. (JB - 02/09/88)

Estudantes também protestam em Viçosa

Estudantes da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Minas, tomaram, na manhã do dia primeiro, o prédio da reitoria, para forçar o presidente José Sarney a nomear reitor o professor Antônio Fagundes de Souza, o primeiro nome da lista sêxtupla formada em abril passado pelos votos

da comunidade universitária. Fagundes, que obteve 39% dos votos, é deputado estadual pelo PFL, já foi reitor duas vezes em Viçosa e, uma vez, na Universidade Federal de Ouro Preto. Os estudantes temem que o nomeado por Sarney seja o segundo colocado, professor Antônio Lima Bandei-

ra, que teve 21% dos votos, mas é apadrinhado pelo governador Newton Cardoso e pelo Ministro da Reforma Agrária, Leopoldo Bessone. O padrinho de Fagundes é o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves. (JB - 02/09/88)

Continua greve de professores no Rio e PR

Chuva, frio e vento não desestimularam os professores da rede estadual do Rio, que sustentam uma greve há quase 3 meses, além de um acampamento que durou 6 dias, em plena rua das Laranjeiras, bloqueando o trânsito na região. Em Macaé cinco professores entraram em greve de

fome para protestar contra notícias tendenciosas que, segundo alegam, os jornais divulgam. A greve de fome poderá ser mais um instrumento de pressão de que os professores dispõem.

A chuva não reduziu o ânimo dos que se revezavam na rua das Laranjeiras. O Instituto Pasqualini cedeu

uma grande cobertura de plástico que os professores colocaram sobre a rua. Também barracas de camping foram colocadas no local. Os colchonetes, onde os professores dormiam, foram estendidos sob as marquises dos prédios. (O Estado de São Paulo - 03/09/88)

Depois da repressão, os ataques a Álvaro

Em Curitiba os professores estaduais do Paraná, em greve há quase um mês, realizaram dia 2/9 na Boca Maldita, tradicional ponto de encontro do centro da cidade, um plebiscito para medir a popularidade do governador Álvaro Dias. Nas urnas, os eleitores respondiam à pergunta: "Você ainda votaria no governador Álvaro

Dias .

A Associação dos Professores do Paraná prometeu divulgar os resultados da pesquisa, encerrada dia 2 com um ato público de protesto contra a repressão violenta feita pela polícia na terça-feira a uma passeata.

Depois de ocupar por mais de

duas semanas o plenário da Assembleia Legislativa do Estado, os grevistas começaram a visitar as escolas, onde faziam palestras aos alunos sobre os objetivos da greve. O governador recebeu dia 2 uma comissão de parlamentares de oposição que pretendem intermediar o impasse. (O Estado de São Paulo - 03/09/88)